

NOTA DE CONCEITO

**RETROSPECTIVA DO APOIO A POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO
2015**

**VICE-PRESIDÊNCIA DE POLÍTICA OPERACIONAL E SERVIÇOS AOS PAÍSES
BANCO MUNDIAL**

RETROSPECTIVA DO APOIO A POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO, 2015 NOTA DE CONCEITO¹

I. INTRODUÇÃO

1. **Objetivos da Retrospectiva de DPF, prevista para ser concluída em 2015.** O objetivo da Retrospectiva do Apoio a Políticas de Desenvolvimento² (DPF) (operações de apoio ao orçamento), prevista para 2015 é retirar lições da experiência do Banco Mundial com o uso de DPF nos últimos três anos (ou seja, desde a última Retrospectiva). De acordo com a Estratégia do Grupo Banco Mundial, a Retrospectiva enfocará três questões principais: (1) De que modo as políticas dos países apoiadas pelo DPF estão conceitualmente vinculadas à redução da pobreza e à prosperidade compartilhada? (2) As Operações de Políticas de Desenvolvimento (DPOs) conseguiram atingir os resultados pretendidos e esses resultados foram mantidos? (3) Até que ponto as reformas de desenvolvimento dos países apoiadas pelo DPF contribuem para a sustentabilidade ambiental, social e econômica?
2. **Abrangência e período.** A Retrospectiva abrangerá o período entre 1º de abril de 2012 (a data limite da Retrospectiva de 2012) e 31 de dezembro de 2014. 136 DPOs tinham sido aprovadas até 30 de junho de 2014, com outras 32 previstas para os dois trimestres seguintes. A Retrospectiva também apresentará as tendências de longo prazo do DPF, abrangendo todos os 10 primeiros anos do instrumento. A Retrospectiva será encerrada em outubro de 2015. Um calendário proposto está incluído na Seção V.
3. **Esboço da Nota de Conceito.** Esta nota de conceito está estruturada conforme descrito a seguir. Após essa breve introdução, a Seção II apresenta um resumo das principais conclusões das análises anteriores de DPF. A Seção III discute o DPF no contexto da Estratégia do Grupo Banco Mundial de 2013. A Seção IV apresenta as principais tendências do DPF. A Seção V descreve como serão analisadas as três questões principais que representam o foco da Retrospectiva para 2015 (capítulo por capítulo). A Seção VI conclui com uma breve descrição das consultas, do processo e dos prazos propostos. O Anexo 1 fornece um esboço da Retrospectiva, o Anexo 2 apresenta o Plano de Consulta proposto e o Anexo 3 fornece dados resumidos adicionais de DPF

¹ Esta Nota de Conceito foi preparada por Jasmin Chakeri e Manuela Francisco com contribuições importantes de Adelita Barrett, Uwi Basaninyenzi, Larry Bouton, Stefano Curto, Saudamini Dabak, Patricia Geli, Fernando Loayza, Jason Mayfield, Muthukumara Mani, Appolenia Mbowe, Peter Moll, Pablo Saavedra e Adriana Weisman. Kyle Peters, Linda van Gelder e Ed Mountfield contribuíram com orientações gerais e garantia da qualidade. Agradecemos muito os comentários e as sugestões valiosas recebidos de Jeff Chelsky, Maria Davalos, Melissa Fossberg, Gabriela Inchauste, Toyin Jagha, Mark King, Luis Felipe Lopez-Calva, Kseniya Lvovsky, Lisandro Martin, Una Meades, Glenn Morgan, Ambar Narayan, Carolina Sanchez, Sarosh Sattar e Sanjay Vani. Hiwot Demeke ofereceu valiosa assistência.

² Em julho de 2014, com a integração de Garantias Baseadas em Políticas na Política Operacional (OP) 8.60, o Empréstimo para apoio a Políticas de Desenvolvimento foi renomeado para Apoio a Política de Desenvolvimento (DPF). A partir dessa data, qualquer empréstimo, crédito, subsídio ou garantia será referenciado como DPF, mesmo que tenha sido aprovado antes de julho de 2014.

II. ANÁLISES SOBRE APOIO A POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO BANCO MUNDIAL

Retrospectivas

4. O Banco Mundial analisou sistematicamente sua experiência com empréstimos baseados em políticas desde a criação desse instrumento no início da década de 1980.³ Da mesma forma, desde a criação da OP 8.60 em agosto de 2004, o Banco Mundial realizou análises sobre o Apoio a Políticas de Desenvolvimento a cada três anos (em 2006, 2009 e a última, em 2012). Esses exercícios consistiram em uma revisão do todo o universo de operações aprovadas durante o período de três anos para analisar o uso do instrumento e extrair as principais lições.

5. As Retrospectivas de 2009 e 2012, que juntas englobaram um período de seis anos de DPF (mais de 380 operações), confirmaram a solidez geral de DPF como um instrumento útil para fornecer financiamento e conselhos técnicos sobre políticas para apoiar as metas de desenvolvimento de médio prazo do país. A Retrospectiva de 2012 concluiu que o DPF continuou a ser um instrumento flexível para atender às necessidades dos países clientes. Durante a crise financeira global, sua agilidade demonstrou ser valiosa para apoiar reformas críticas e atingir os principais resultados de desenvolvimento em um grande número de países. Países clientes, instituições financeiras internacionais e outros parceiros de desenvolvimento continuam a valorizar a estrutura de integração de diálogo de políticas e reformas estruturais que ela oferece.

6. Apesar do bom desempenho geral e do progresso significativo obtido em muitas áreas (inclusive a melhoria na formulação de resultados, a diminuição da condicionalidade, bem como o fortalecimento da responsabilidade do país na liderança dos programas de reforma) a última Retrospectiva do DPF destacou algumas áreas que ainda podem ser fortalecidas. Essas áreas incluem a necessidade de aumentar o foco nas ações mais críticas para alcançar os resultados pretendidos; uma avaliação mais completa e consistente de riscos e oportunidades; melhor avaliação da adequação de política macroeconômica a médio prazo; maior ligação entre as bases analíticas e a elaboração da operação; e maior uso de análises ambientais e da análise da Pobreza e do Impacto Social (PSIA) para informar as DPOs.

7. Foram adotadas várias medidas para fortalecer estes aspectos do DPF: (i) preparação de uma nota de orientação sobre os resultados; (ii) emissão de uma nota de orientação sobre a política macroeconômica e colaboração com o FMI; e (iii) preparação de uma nota de orientação sobre a análise da pobreza e do impacto social. O Banco Mundial também revisou a planilha do documento do programa com o objetivo de

³ Para as análises anteriores, ver: Empréstimo para Ajuste Estrutural: Uma Primeira Revisão da Experiência, Relatório de Avaliação de Operações N° 6469, Banco Mundial, 24 de setembro de 1986; Relatório sobre Empréstimos para Ajustes: Políticas para a Recuperação do Crescimento (R90-51, AID/R90-49), 26 de março de 1990; Terceiro Relatório sobre Empréstimos para Ajustes: Recursos Públicos e Privados para o Crescimento (R92-47, IDA/R92-29), 24 de março de 1992.

fortalecer as relações entre as ações e os resultados, bem como as bases analíticas e as reformas apoiadas. Para melhorar a avaliação de riscos/oportunidades, o Banco introduziu em 1º de outubro de 2014 uma nova estrutura de avaliação de riscos aplicável a todos os instrumentos de empréstimo (inclusive o DPF) e a Estratégias de Parceria com Países (CPFs). A nova estrutura deverá melhorar a forma como o Banco Mundial gerencia os riscos nas operações para promover um maior impacto nos resultados de desenvolvimento. Além disso, como parte da reforma das garantias – a mais importante reforma das garantias do Banco Mundial dos últimos 20 anos – foram integradas Garantias Baseadas em Políticas na OP 8.60. Essa reforma ajudará o Banco Mundial a alavancar ainda mais suas sinergias e recursos financeiros no Grupo Banco Mundial por meio da mobilização do financiamento do setor privado para nossos clientes.

Outras análises do instrumento

8. O Departamento de Economia do Desenvolvimento (DEC) e o Grupo de Avaliação Independente (IEG) do Banco Mundial também fizeram análises da experiência com o DPF. Essas análises são complementadas de forma mais ampla por outras análises feitas por pesquisadores independentes, outros parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil sobre o histórico de apoio orçamentário. Ao longo do tempo, esse conjunto de conhecimentos tem sido usado para adaptar o instrumento a um mundo em evolução e empreender reformas de políticas e práticas para aumentar o impacto do desenvolvimento.

9. *Impacto do DPF na política econômica.* Constatou-se que o Apoio de Políticas de Desenvolvimento tem efeitos positivos na política econômica. Uma análise feita por Smets e Knack (2014) examina o DPF da “reforma do mercado” (ou seja, empréstimos que apoiam reformas da política macroeconômica) de 1995 a 2008 e conclui que esse apoio tem um efeito positivo mas decrescente sobre a qualidade da política econômica, conforme medido pela classificação CPIA dos grupos A (Gestão Econômica) e B (Políticas Estruturais). Em outras palavras, até um certo ponto, as classificações CPIA aumentam com cada DPF adicional e cada ação adicional relacionada com reforma do mercado.

10. *DPF em estados frágeis e afetados por conflitos.* Uma avaliação recente do apoio do Grupo Banco Mundial a estados frágeis e afetados por conflitos (FCS) feita pelo IEG concluiu que o apoio orçamentário regular e previsível está correlacionado com melhorias nas reformas políticas e institucionais, principalmente quando as reformas são complementadas apoios para investimentos e assistência técnica correspondentes. A análise do IEG mostra uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre melhorias nas classificações CPIA e o número de DPLs recebidos pelos FCSs. Em particular, o apoio orçamentário está mais associado com a melhoria nas classificações CPIA relativas à gestão do setor público. Dom e Gordon (2011) em um estudo encomendado pela Oxfam confirmam que o apoio orçamentário geral é um instrumento útil em contextos de FCS quando ele financia o desenvolvimento de capacidades e os efeitos de construção de legitimidade.

11. *Impacto do apoio orçamentário geral na Gestão das Finanças Públicas (PFM).* Foi constatado que o apoio orçamentário geral também está associado com melhorias na

gestão de finanças públicas (PFM) de países que não são frágeis ou afetados por conflito. Uma revisão feita pelo Ministério das Finanças da Dinamarca (2014) confirma que o Apoio Orçamentário Geral (GBS) contribui para fortalecer os sistemas de PFM tanto pelo maior uso de sistemas de PFM do país pelos fundos de apoio orçamentário (em vez dos fundos vinculados ao investimento) como pelo foco em reformas relativas aos sistemas de PFM. Em muitos casos, as operações paralelas de capacitação também tiveram um papel importante.

12. *Impacto do apoio orçamentário geral nas despesas em prol dos pobres.* Vários estudos concluíram que o apoio orçamentário geral está associado com as despesas em prol dos pobres. Furukawa e Takahata (2013) constataram que o GBS aumenta a alocação orçamentária para a saúde; um efeito similar foi encontrado no setor da educação (Ministério das Relações Exteriores da Holanda, 2012). O efeito do GBS nas despesas em prol dos pobres foi maior que um aumento correspondente nas receitas tributárias; e, em alguns países, maior do que a transferência financeira associada com o GBS. A pesquisa também verificou que os países que receberam um GBS substancial subiram mais *em média* no índice de desenvolvimento da ONU do que os países com pouco ou nenhum apoio orçamentário, mesmo depois do controle do crescimento econômico, da boa governança e do alívio da dívida. Apesar dessas conclusões, existe um reconhecimento geral de que o aumento da despesa nos setores sociais não foi acompanhado de uma melhoria suficiente da qualidade dos serviços públicos (Ministério de Relações Exteriores da Dinamarca, 2014).

13. *Previsibilidade de fundos e custos de transações associados com o apoio orçamentário geral.* Os benefícios do apoio orçamentário geral plurianual dependem em grande parte da sua previsibilidade. No entanto, as evidências sobre esse assunto são um pouco confusas. Embora em alguns países o GBS tenha contribuído para maior previsibilidade dos fluxos de ajuda (Caputo, Kemp e Lawson, 2011), existem atrasos em outros casos, geralmente em consequência de questões relacionadas com princípios subjacentes, tais como a governança e a adequação da estrutura da política macroeconômica (Ministério das Relações Exteriores da Holanda, 2012). Vários estudos também concluíram que o apoio orçamentário geral implica menores custos de transações do que o apoio baseado em projeto e que os custos de transações associados com o GBS podem diminuir no médio prazo. No entanto, quando há um grande número de doadores envolvidos e muitos setores diferentes fazem parte do diálogo de políticas, os custos de transações (tanto para o cliente como os parceiros de desenvolvimento) permanecem altos (Ministério de Relações Exteriores da Dinamarca, 2014).

III. DPF E A ESTRATÉGIA DO GRUPO BANCO MUNDIAL DE 2013

14. A Estratégia de 2013 descreve como o Grupo Banco Mundial trabalhará em parceria para ajudar os países a erradicar a extrema pobreza e promover a prosperidade compartilhada de forma sustentável. O Grupo Banco Mundial definiu duas metas ambiciosas:

- (i) *Erradicar a extrema pobreza*: reduzir a percentagem de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 ao dia para 3% até 2030.
- (ii) Promover a prosperidade compartilhada: incentivar o aumento da renda dos 40% da população de cada país que estão na faixa inferior.

15. A estratégia também enfatiza o compromisso do Grupo Banco Mundial de ajudar os países a atingir essas metas de maneira sustentável: “A sustentabilidade ambiental, social e econômica exige medidas para garantir o futuro do planeta, assegurar a inclusão social e definir uma base sólida para o bem-estar das futuras gerações” (página 5, Estratégia do Grupo Banco Mundial).

16. Como um dos principais instrumentos para apoiar as reformas do país que contribuem para o crescimento e a redução da pobreza, o DPF apoia um conjunto diversificado de países que vão desde países de baixa renda como a Libéria até países de renda média, como o Brasil. O conteúdo das reformas varia bastante, de acordo com as prioridades do país e os programas nacionais de desenvolvimento, e abrange muitos setores diferentes. A política de DPF dispensa atenção especial aos riscos relacionados com a sustentabilidade ambiental, social e econômica apoiada pelo DPF. Da mesma forma, um dos principais objetivos desta Retrospectiva é avaliar como as reformas apoiadas por DPOs estão conceitualmente vinculadas à pobreza e à prosperidade compartilhada no curto, médio e longo prazo; e como elas levam em conta a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Ela também examina a sustentabilidade dos resultados de desenvolvimento ao longo do tempo, bem como os fatores que explicam o sucesso das DPOs, ou seja, o alcance dos resultados de desenvolvimento pretendidos.

IV. TENDÊNCIAS NO FORNECIMENTO DE DPOS

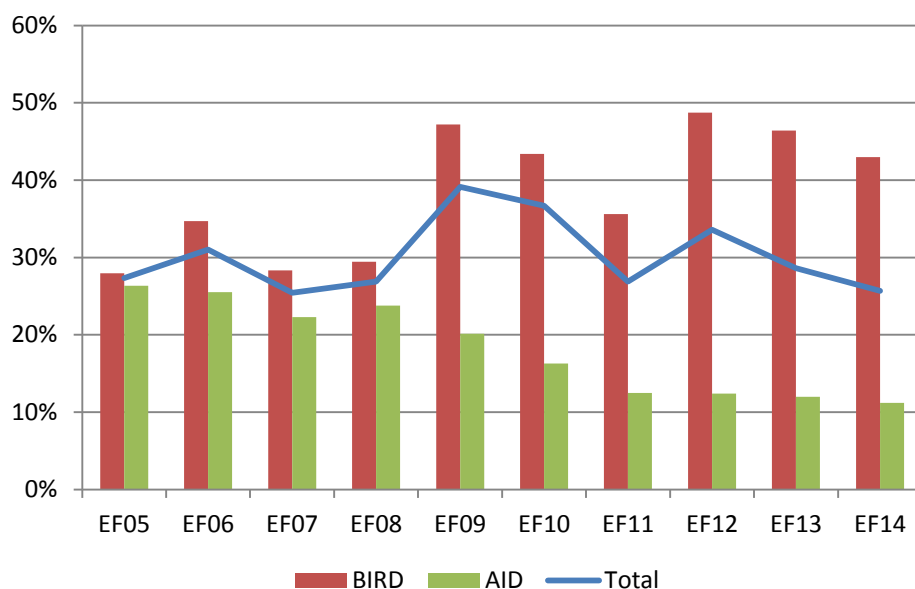
17. *Compromissos de financiamento*. Entre o Exercício Fiscal (EF) 05 e o EF14, o conselho de administração aprovou um total de 632 DPOs, uma média de 63 DPOs por ano. Isso reflete um pico na aprovação de DPOs durante a crise financeira global, quando as necessidades de financiamento dos países aumentaram. Nos dois anos entre o quarto trimestre do EF12 e o terceiro trimestre do EF14, a média anual foi de 56, mais perto da média pré-crise. O valor total do financiamento de DPF desde o EF05 chega a US\$ 112 bilhões, um compromisso anual médio de US\$ 11 bilhões. Partindo de uma média de US\$ 7 bilhões ao ano durante o período do EF05-08, os compromissos aumentaram três vezes no período EF09-10 para US\$ 20 bilhões, mas caíram para US\$ 11 bilhões. Desde 2005, quatro Garantias Baseadas em Políticas (PBGs) foram aprovadas pela conselho de administração (todas elas na Europa e Ásia Central) para um compromisso total de US\$ 816 milhões.

Tabela 1: Financiamento de Políticas de Desenvolvimento, EF05-14

	EF05	EF06	EF07	EF08	EF09	EF10	EF11	EF12	EF13	EF14
AID										
Número de DPOs	33	30	35	29	33	33	34	28	32	29
Compromissos (US\$m)	2.291	2.435	2.645	2.672	2.820	2.378	2.057	1.827	1.964	2.489
BIRD										
Número de DPOs	19	21	22	18	39	48	36	28	30	31
Compromissos (US\$m)	3.804	4.906	3.635	4.022	15.635	19.210	9.609	10.131	7.120	8.155
Total										
Número de DPOs	54	51	57	47	72	81	70	56	62	60
Compromissos (US\$m)	6.370	7.340	6.280	6.694	18.455	21.588	11.665	11.958	9.084	10.644
PBGs										
Número de DPOs	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0
Compromissos (US\$m)	0	0	0	0	0	0	400	214	202	0

18. **Parcelas do BIRD/AID.** Desde o EF05, os países do BIRD foram responsáveis, em média, por 75% dos compromissos de DPO. A parcela do BIRD no total de compromissos de DPO alcançou um pico no EF10, quando chegou a 89%. Desde então, a parcela do BIRD caiu para 77% no EF14. O DPF foi responsável por uma média de 39% dos compromissos anuais do BIRD e 18% dos compromissos da AID (Figura 1). De um modo geral, o DPF foi responsável por um terço do total de compromissos do Banco Mundial desde o EF05.

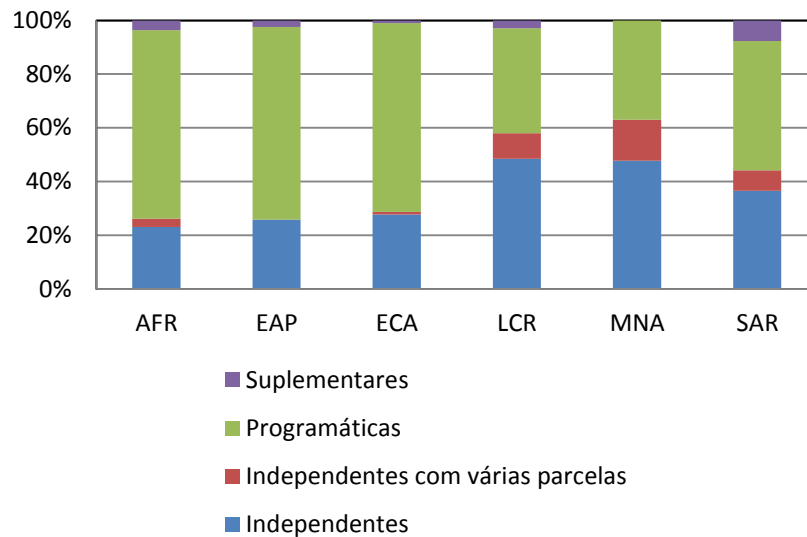
Figura 1: Parcela de DPOs no total de compromissos, EF05-14



19. **Operações independentes versus séries programáticas.** Após o pico em DPOs independentes do EF10 depois da crise financeira global, sua parcela do total de DPOs caiu de volta para 31% entre o quarto trimestre do EF12 e o primeiro trimestre do EF15. As regiões da América Latina e Caribe (LCR) e do Oriente Médio e Norte da África (MNA) respondem pela maior parcela de operações independentes, com 58% e 36% das DPOs, respectivamente. No caso da LCR, inclui duas operações de várias parcelas.⁴ Finalmente, uma DPO com financiamento suplementar (para as Filipinas) foi aprovada neste período (Figura 2).

⁴ DPL para Políticas Públicas de Fortalecimento do Acre (P147913) e DPL para a Bahia (P126351), ambos no Brasil.

Figura 2: Tipos de DPOs por região (1º trim. EF05-1º trim. EF15)



20. **Opções de DPO.** Desde 2005, foram aprovadas 36 DPOs subnacionais pelo conselho de administração. Elas incluem 19 DPOs subnacionais no Brasil, 8 no Paquistão, 6 na Índia, 3 na Nigéria e 1 na Rússia. No mesmo período, o conselho de administração aprovou 15 DPOs de Desembolso Diferido (DDO), 10 DDOs para Riscos Catastróficos (sendo todas, exceto uma, na LCR) e 3 DPOs Especiais (todas na ECA).

21. **Países frágeis e afetados por conflitos.** O conselho de administração aprovou 93 DPOs para países frágeis e afetados por conflitos desde o EF05, com um total de compromissos chegando a US\$ 4 bilhões. Desde a última Retrospectiva de DPF (4º trimestre do EF12), foram aprovadas em média 9 DPOs por ano para países frágeis e afetados por conflitos, representando 16% do apoio a políticas de desenvolvimento da AID durante esse período.

22. **Pequenos Estados.** Desde o EF05, 57 DPOs para pequenos Estados foram aprovadas com compromissos de US\$ 830 milhões. No período desde a última Retrospectiva de DPF, 22 DPOs foram aprovadas pelo conselho de administração, com uma média de US\$ 80 milhões em compromissos. Esses compromissos foram distribuídos entre AFR (11), EAP (9), LAC (1) e SAR (1). Dezesesseis dessas operações foram financiadas pela AID e todas, exceto cinco, faziam parte de uma série programática.

V. ESTRUTURA PROPOSTA E CONTEÚDO DO RELATÓRIO

23. A Retrospectiva será estruturada em sete capítulos. O primeiro capítulo definirá a etapa do relatório, incluindo o contexto e os objetivos. O segundo capítulo analisará as principais tendências de DPF nos 10 anos do instrumento. O terceiro capítulo discutirá os vínculos conceituais entre as ações prévias apoiadas por DPF com a redução da pobreza

e a prosperidade compartilhada no médio/longo prazo. O quarto capítulo discutirá os aspectos relacionados com a sustentabilidade ambiental, social e econômica. O capítulo cinco analisará o desempenho das DPOs no nível de operação e de resultado, e apresentará as conclusões de uma análise empírica sobre os determinantes do desempenho da DPO. O capítulo seis revisará a implementação de reformas recentes, incluindo uma revisão minuciosa das DPOs com DDO e das DPOs com Cat-DDO. O sétimo e último capítulo será concluído com um conjunto de recomendações baseadas nas principais lições aprendidas com a experiência de DPF nos últimos três anos.

Capítulo I – Introdução

24. Este capítulo definirá os objetivos e a motivação da Retrospectiva. Também será feita uma revisão das principais recomendações da Retrospectiva de 2012, bem como as ações implementadas desde a sua publicação.

Capítulo II – 10 anos de Apoio a Políticas de Desenvolvimento: Tendências Gerais

25. Este capítulo examinará as principais características das DPOs desde a sua criação no EF05. Serão apresentadas as mudanças no volume de compromissos e na parcela de DPOs no financiamento total do Banco Mundial por segmento de cliente, região e Práticas Globais (GPs) e Áreas de Soluções Transversais (CCSAs). Também será fornecido um detalhamento das DPOs por características da operação (programáticas, independentes, várias parcelas, financiamento suplementar) e opções (DDO, CAT-DDO, DPOs Especiais).

26. O capítulo dará especial atenção ao declínio constante dos compromissos das DPOs (como uma parcela do total de compromissos) nos países da AID desde a criação da OP 8.60 em 2004. Várias hipóteses serão examinadas, inclusive as relacionadas com (i) a redução dos desequilíbrios macrofiscais, que podem diminuir a necessidade de apoio orçamentário; (ii) a maior necessidade de investimentos em infraestrutura (especialmente em transporte e energia), que exigem mais financiamento de projetos; (iii) as restrições impostas pelo apoio orçamentário conjunto (que envolve vários doadores); e (iv) a relutância em retomar DPF após a suspensão de uma série devido a defasagens de reformas.

Capítulo III – Reformas apoiadas por DPF e seu vínculo conceitual à pobreza e prosperidade compartilhada

21. Este capítulo apresentará uma visão geral das reformas apoiadas pelo DPF. Em primeiro lugar, serão apresentadas algumas estatísticas descritivas das ações prévias durante os dez anos do DPF. Isso incluirá uma divisão de ações prévias por segmento de clientes, região e Práticas Globais/Área de Soluções Transetoriais (CCSA). Esta seção

também examinará se tem havido uma mudança das reformas da "primeira geração" (tais como gestão de finanças públicas) apoiadas pelo DPF nos anos anteriores para as reformas de "segunda geração" (incluindo reformas específicas do setor que apoiam a infraestrutura e o investimento privado) apoiadas pelo DPF mais recentemente; e, se for o caso, quais são as implicações operacionais dessa mudança.

22. Para o período incluído por esta Retrospectiva (T4EF12-T2EF15), será concluída uma análise das ações prévias e seus vínculos conceituais à redução da pobreza e prosperidade compartilhada no curto e médio prazo para o longo prazo. Todas as ações prévias apoiadas pelas DPOs devem contribuir para a redução da pobreza e prosperidade compartilhada no *médio e longo prazo*, muito embora somente uma parcela relativamente pequena de DPOs apoie ações prévias que impactam *diretamente* a pobreza e distribuição de renda *no curto prazo*. Isso ocorre porque a ampla maioria das ações prévias apoia medidas políticas e institucionais na governança do setor público, desenvolvimento do setor financeiro e privado e outras áreas que não afetam imediatamente a renda dos pobres. Este capítulo identificará o setor e a cobertura temática de ações prévias para o período da revisão e as classificará pelo conteúdo das políticas. A análise considerará primeiro quantas das reformas apoiadas pelas DPOs durante o período de análise teriam impactos de *curto prazo* significativos na distribuição de renda e no combate à pobreza. Depois buscará esboçar os vínculos conceituais explicando como cada subgrupo de ações prévias deve contribuir para a redução da pobreza e prosperidade compartilhada no *longo e médio prazo*. A análise será baseada no modelo desenvolvido pela Prática Global de Combate à Pobreza e apresentada no relatório “Prosperidade Compartilhada: Preparando o Caminho na Europa e Ásia Central” (2014). O modelo oferece uma forma esquemática de mapear *mecanismos de transmissão* entre intervenções de políticas e prosperidade compartilhada/redução da pobreza. O mapeamento se baseará em dados do Banco de Dados de Ações de Política de Desenvolvimento (DPAD) da OPCS que é atualizada anualmente e disponibilizada ao público. É importante observar, contudo, que a análise não tentará quantificar o impacto de ações prévias sobre redução de pobreza e prosperidade compartilhada, mas esboçar a "teoria da mudança" para cada uma das áreas de políticas.

Capítulo IV – Sustentabilidade de reformas apoiadas pelo apoio a políticas de desenvolvimento

23. Sustentabilidade ambiental, social e econômica é uma consideração importante nas operações do Banco Mundial, incluindo DPF. Impactos ambientais e sociais (positivos ou negativos) de reformas apoiadas pelo DPF têm de ser cuidadosamente analisadas, pois podem afetar a sustentabilidade no médio a longo prazo. Do mesmo modo, o ambiente macroeconômico no qual as reformas ocorrem, e sua sustentabilidade, também precisa ser cuidadosamente avaliado. Este capítulo analisará cada uma dessas considerações avaliando a implementação dos requisitos na política operacional relacionada a aspectos sociais, ambientais e econômicos.

24. **Impactos ambientais.** Muitas DPOs incluem ações prévias para apoiar a sustentabilidade ambiental. Contudo, os requisitos (OP8.60) também reconhecem que algumas reformas apoiadas pelo DPF podem ter o risco de impactos ambientais adversos.

OP 8.60 exige que o Banco Mundial determine se as ações de políticas específicas apoiadas pela operação (ações prévias) podem causar efeitos significativos no ambiente, florestas e outros recursos naturais do país. Para políticas com efeitos provavelmente significativos, o Banco Mundial apresenta no documento da operação os sistemas do mutuário para reduzir esses efeitos adversos e aumentar os efeitos positivos, com base na análise pertinente do ambiente setorial e âmbito nacional. Se houver lacunas significativas na análise ou deficiências no sistema ou capacidade do país, o documento da operação deve descrever como essas deficiências podem ser solucionadas antes ou durante a implementação do programa.

25. Esta seção analisará (i) quantas ações prévias apoiadas por todas as DPOs aprovadas no período da Retrospectiva foram/são propensas a ter efeitos ambientais positivos ou negativos significativos e quais são as principais características dessas ações prévias; (ii) até que ponto os documentos das operações identificaram esses efeitos adequadamente; (iii) se foram usadas ferramentas analíticas específicas ou estudos para fazer essa avaliação (kit de ferramentas, estudo sobre o setor, entre outros); (iv) se, no caso de efeitos potenciais negativos significativos (ou positivos), o documento da operação avalia adequadamente os sistemas do mutuário para reduzir (ou ampliar) esses efeitos; e (v) se a avaliação dos sistemas do mutuário está fundamentada em bases analíticas (Análise Ambiental do País, Avaliações Ambientais Estratégicas de Políticas, entre outros)

26. A análise será realizada por uma equipe que inclui especialistas ambientais/economistas ambientais experientes. A revisão documental das ações prévias apoiadas pelo DPF seguirá os requisitos estabelecidos na OP 8.60. Ela buscará distinguir entre ações prévias que podem ter efeitos diretos, "primários"; e aquelas que podem contribuir para efeitos mais indiretos, "secundários, considerando os prováveis canais de transmissão. Esses canais de transmissão dependem de como os recursos ambientais são gerenciados e que políticas o governo introduz para atenuar quaisquer impactos ambientais negativos ou reforçar os impactos positivos das reformas.⁵

27. A revisão documental pode ser complementada, em alguns casos, pela análise profunda no âmbito nacional. O trabalho será informado por consultas a clientes e sociedade civil. As conclusões das análises realizadas nesta seção da Retrospectiva informarão sobre revisões do kit de ferramentas e documentos orientação existentes para garantir que o DPF apoie políticas de uma maneira ambientalmente sustentável. Paralelamente, o IEG está preparando um produto de aprendizagem explorando a avaliação de efeitos ambientais e sociais das DPOs. Este relatório deve ser concluído na primavera setentrional de 2014 e considerado nesta seção da Retrospectiva do DPF.

⁵ Os canais de transmissão potenciais são discutidos em mais detalhes no Kit de Ferramentas “Avaliando os Aspectos Ambientais, Florestais e de outros Recursos Naturais do Empréstimo para as Políticas de Desenvolvimento”, publicado em 2008.

Box 1: Adequação da OP 8.60 para gerenciar impactos ambientais

Todos os instrumentos do Banco Mundial incluem políticas para proteger pessoas e o ambiente de uma maneira apropriada a cada instrumento. No caso de Apoio a Políticas de Desenvolvimento (DPF), a Política de Operações (OP 8.60) tem requisitos sobre os efeitos sociais, ambientais, e na pobreza de acordo com a natureza de um instrumento que apoia reformas políticas e institucionais.

O DPF fornece apoio orçamentário na conclusão de um programa de reformas, para ajudar os países a melhorarem os meios de subsistência das pessoas, desenvolver instituições e reforçar capacidades de uma maneira sustentável. Como tal, o DPF é um instrumento com características diferentes do Financiamento para Programas de Investimento (IPF). Ao contrário do IPF, o DPF não financia investimentos específicos, como estradas, barragens ou usinas elétricas. As salvaguardas do IPF são criadas para o financiamento de bens e serviços específicos em projetos com uma área física. Assim, as salvaguardas do IPF não são nem conceitualmente apropriadas nem aplicáveis na prática ao DPF, que desembolsa no orçamento geral e apoia políticas no âmbito nacional.

28. **Impactos sociais.** A OP 8.60 exige que o Banco Mundial determine se as políticas específicas apoiadas pela operação (ações prévias) têm consequências sociais e para a pobreza significativas, especialmente para a população pobre e grupos vulneráveis. Complementando a análise dos impactos potenciais diretos e de curto prazo de políticas apoiadas pelo DPF sobre a redução da pobreza e prosperidade compartilhada (ver Capítulo III), esta seção verificará até que ponto os documentos das operações apresentaram o conhecimento analítico relevante de tais impactos e dos sistemas do mutuário para a redução de efeitos negativos e ampliação de efeitos positivos associados a políticas específicas que estão sendo apoiadas. A análise se baseará em uma revisão documental dos Documentos das operações de todo os DPOs aprovado desde a última Retrospectiva. Esta seção também revisará a discussão de consultas sobre reformas apoiadas por DPF no Documento do Programa.

29. **Sustentabilidade econômica.** Além da sustentabilidade ambiental e social, a sustentabilidade econômica das reformas políticas apoiadas pelas DPOs também precisa ser levada em conta. A OP 8.60 declara que o Banco Mundial compromete-se a apoiar políticas de desenvolvimento em um país somente quando determinou que as políticas macroeconômicas do país são adequada. A avaliação da adequação das políticas precisa ser sustentada por uma discussão da sustentabilidade das políticas econômicas (incluindo aquelas apoiadas pelas DPOs) que afetam o setor real, setor externo, setor financeiro,

agregados monetários e contas fiscais (incluindo sustentabilidade das dívidas).⁶ A Retrospectiva de 2012 concluiu que a avaliação das políticas macroeconômicas nas DPOs tinha melhorado, porém a abrangência da análise poderia ser mais fortalecida, especialmente no tocante à discussão sobre despesas públicas e da perspectiva econômica no âmbito subnacional (no caso de DPOs para subdivisões políticas). Esta seção analisará até que ponto os Documentos do Programa da DPO incluem uma discussão abrangente desses aspectos.

Capítulo V – Resultados do Apoio a Políticas de Desenvolvimento

30. Este capítulo avaliará até que ponto os resultados esperados foram alcançados. O capítulo será dividido em três seções. A primeira apresentará estatísticas descritivas do desempenho do DPF no nível da operação e no nível dos resultados individuais (com base nas avaliações dos Relatórios de Término da Implementação (ICR) e da Revisão do Grupo de Avaliação Independente (IEG)). A segunda seção apresentará as conclusões de uma análise empírica que ajuda a identificar fatores-chave associados a um melhor desempenho da DPO. A terceira e última seção deste capítulo avaliará o impacto de longo prazo e a sustentabilidade de algumas reformas apoiadas por várias DPOs.

31. *Estatística descritiva do desempenho do DPF.* Esta seção apresentará as principais estatísticas descritivas de: (i) características da matriz de ações prévias e resultados; incluindo o número de indicadores de resultados, existência de valores básicos e os esperados e a qualidade geral da matriz; (ii) desempenho da DPO (no nível da operação), de acordo com as avaliações dos ICR e da IEG, divididas por segmento de clientes, regiões e GP/ CSSAs; e (iii) análise do desempenho no nível dos resultados. Com base na revisão documental, consistirá de uma avaliação sobre se os resultados esperados foram alcançados de acordo com os resultados documentados nos ICR. As estatísticas descritivas sobre a obtenção de indicadores de resultados serão apresentadas por divisão setorial e temática. Por fim, serão apresentados estudos de casos de resultados obtidos pelo DPF em um número selecionado de áreas temáticas e/ou países. As áreas selecionadas dos compromissos da AID receberão atenção especial.

32. A análise nesta seção se baseará no banco de dados da OPCS de todos os resultados incluídos nas matrizes das políticas nas quais há um ICR. Embora haja uma estimativa de 136 operações no universo total (sem incluir a tramitação atual do T1-T2 do EF15) a serem tratadas pela Retrospectiva, é previsto que um número bem menor de ICRs e avaliações IEG dos ICRs esteja disponível para a revisão (porque uma série programática tem somente um ICR no fim da série e porque os ICRs e as avaliações IEG dos ICRs não estarão disponíveis ainda para as operações concluídas nos 18 meses anteriores).

33. *Análise empírica do desempenho do DPF.* Com base no trabalho passado de pesquisadores anteriores, todas as DPOs desde sua origem (EF05) serão estudadas para identificar elementos comuns associados com sucesso, usando uma abordagem de análise

⁶ Uma nota de orientação revisada e mais detalhada sobre a “Políticas Macroeconômicas e a Colaboração com o FMI nas Operações de Políticas de Desenvolvimento” foi emitida em setembro de 2013.

de regressão. O objetivo dessa análise é entender melhor que fatores poderiam ajudar a melhorar o sucesso do instrumento. Em especial, é de interesse saber quanto do sucesso das DPOs depende de pressupostos tais como fatores do país, e quanto depende de fatores sob o controle do líder da equipe de trabalho. Portanto, a análise dos correlatos do sucesso nas DPOs estimará, usando técnicas econométricas, a relação entre o desempenho da DPO (medido pelas classificações do IEG) e um número de variáveis, tais como a experiência do líder da equipe de trabalho, o tipo e número de ações prévias, qualidade da matriz, operações programáticas versus independentes e o montante do empréstimo. Nossa evidência preliminar é que os fatores associados à própria operação, e que estão claramente em evidência no documento do programa na hora da apresentação ao Conselho de administração, são importantes correlatos do sucesso da operação; portanto, aperfeiçoamento na preparação da operação fornece um canal para fortalecer ainda mais o impacto do financiamento de políticas de desenvolvimento.

34. ***Impacto de longo prazo das reformas apoiadas pelas DPOs.*** Esta seção incluirá três análises. Primeiro, será examinada a sustentabilidade das reformas apoiadas por DPO na área de Gestão de Finanças Públicas (PFM). Com o tempo, a PFM tem representado a área mais comum de apoio (21% das ações prévias do universo total). Esta é uma reflexão do fato de que as DPOs desembolsam para o orçamento geral e isso requer o fortalecimento dos sistemas de finanças públicas. A pesquisa detalhada na área de reformas de PFM também usará banco de dados PEFA e selecionará para a análise esses casos nos quais há pelo menos três diagnósticos das Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (PEFAs) e, entre esses diagnósticos, nos dois primeiros houve uma DPO com ações prévias na gestão de finanças públicas.

35. Segundo, será atualizada a pesquisa realizada pela Smets and Knack (2014) do impacto do DPF para “reforma de mercado” sobre a qualidade da política econômica, para incluir os DPOs aprovado após 2008. Esta análise abrangerá mais 25% de ações prévias e as vinculará a resultados de prazo mais longo conforme medido pelos indicadores CPIA relevantes.

36. Terceiro, os estudos de casos do país examinarão o destino de um número selecionado de reformas apoiadas por DPO nos vários anos seguintes à conclusão da DPO e da emissão do relatório de conclusão da implementação (ICR). O ICR oferece, de forma sistemática, uma avaliação dos resultados de curto prazo das reformas apoiadas por DPO. Com base em um número selecionado de países e operações, esta seção analisará se as realizações de curto prazo foram mantidas no médio e longo prazo; ou se houve uma tendência para reverter as reformas com ao longo do tempo.

Capítulo VI – Reformas

37. Este capítulo revisará as reformas que o Banco Mundial realizou nos últimos anos com respeito a DPF. Isso inclui três conjuntos de medidas: (i) a Opção de Desembolso Diferido (DDO) aperfeiçoada e a introdução do recurso Cat-DDO; (ii) a nova estrutura operacional sobre garantias e (iii) a nova estrutura de gestão de risco de operações (SORT).

38. *A DDO aperfeiçoada e a introdução da Cat DDO.* O recurso da DDO oferece aos países elegíveis do BIRD a opção de adiar o desembolso para até três anos com a possibilidade de renovação, com aprovação do Conselho de Administração, por um período adicional de até três anos. A DDO para instrumentos de empréstimos baseados em políticas foi introduzida em 2001, mas foi seriamente subutilizada até que uma mudança na política ter sido introduzida em 2008 para tornar a disponibilidade dos fundos mais previsível.⁷ O Banco Mundial também introduziu um recurso de DDO especializado para fornecer liquidez imediata em situações de emergência causadas por catástrofes e desastres naturais. A principal finalidade desta opção é apoiar os esforços dos países para aumentar sua capacidade de gerenciar riscos de perigos naturais e fornecer uma fonte de financiamento-ponte enquanto outros recursos estão sendo mobilizados. As DPOs com Cat-DDO podem ser renovadas até 4 vezes e permanecerem ativas por 15 anos. Como as DPOs com Cat-DDOs podem ser desembolsadas mesmo que as políticas macroeconômica não sejam adequadas (uma exceção na política reservada somente a esta opção) foi estabelecido um teto para o montante (0,25% do PIB ou US\$ 500 milhões, o que for menor). Esta revisão, a ser concluída como parte desta Retrospectiva e em conjunto com o Departamento do Tesouro e as Práticas Globais relevantes, será a primeira revisão abrangente da DDO e Cat-DDO aperfeiçoadas desde sua introdução há sete anos.

39. *Estrutura de políticas operacionais sobre garantias.* Em dezembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou uma grande reforma na estrutura de políticas operacionais sobre garantias do Banco Mundial, que entrou em vigor no dia 1 de julho de 2014. De acordo com a estrutura revisada, as garantias não são mais um instrumento separado, mas totalmente integradas ao Financiamento de Projetos de Investimento (de garantias baseadas em projetos) e Apoio a Políticas de Desenvolvimento (de garantias baseadas em políticas - PBGs)⁸ e suas respectivas políticas operacionais. O objetivo da reforma é ampliar a visibilidade de garantias, facilitar seu uso pelas equipes do Banco Mundial e demanda de países clientes e retirar várias restrições resultantes de políticas separadas.

40. As reformas devem contribuir para um aumento no uso de garantias, incluindo as PBGs. Desde a introdução de garantias baseadas em políticas, só houve um total de seis operações PBG: Argentina (EF00), Colômbia (EF01), Sérvia (EF11), Macedônia (EF12 e EF13) e Montenegro (EF12). Apesar do aumento acentuado nos empréstimos após a crise financeira global, o uso de PBGs permaneceu limitado, com apenas quatro operações

⁷ Uma revisão em 2008 concluiu que os mutuários hesitavam em usar este recurso por causa de seus termos de financiamento mais rígidos e da percepção de que os fundos não poderiam estar disponíveis quando necessário, uma vez que o saque exigia a reconfirmação do Banco Mundial de que a estrutura de política macroeconômica e a implementação geral do programa eram adequadas. Como resultado, o Banco Mundial introduziu em 2008 um protocolo de confirmação agilizado, de acordo com o qual o Banco Mundial continua a monitorar a estrutura de política macroeconômica e adesão ao programa geral e aconselha o mutuário sobre a necessidade de uma revisão, se as condições não forem cumpridas. Quando ambas as condições de saque estiverem cumpridas, o Banco Mundial confirma que a elegibilidade para apresentar pedidos de desembolsos foi recuperada.

⁸ As garantias baseadas em políticas (PBGs) fornecem garantias de crédito especiais para ajudar os mutuários a acessar financiamento externo para empréstimos orçamentários gerais associados a reformas políticas e institucionais.

pós-crise, todas na região da Europa e Ásia Central (ECA). Esta seção revisará a experiência com as PBGs aprovadas durante o período de análise e extrair lições para o uso desta fonte de financiamento sob o DPF.

41. **Estrutura para gestão de riscos em operações.** A Retrospectiva do DPL de 2012 recomendou uma abordagem mais sistemática para discutir os riscos dos empréstimos para políticas de desenvolvimento. Como parte de uma reestruturação geral da estrutura do Banco Mundial para gestão de riscos em operações, foi lançada a Ferramenta de Classificação Sistemáticas de Riscos em Operações (SORT) em outubro de 2014 para apoiar avaliações de risco mais consistentes e sistemáticas em todas as operações do Banco Mundial e Estratégias de Parceria com Países. A SORT é uma matriz simples que consiste de nove categorias de risco, além de uma avaliação de riscos gerais; o risco sob cada categoria é classificado de alto, substancial, moderado ou baixo. O Documento do Programa discutirá o risco geral e os riscos mais relevantes entre as nove categorias, bem como as medidas de gestão de riscos relevantes. O risco avaliado na SORT é definido como os riscos do cliente para atingir resultados de desenvolvimento associados à operação, incluindo riscos para os objetivos de desenvolvimento da operação/CPF e riscos de impactos adversos indesejados. A SORT abrange riscos durante os estágios de preparação e implementação, de uma maneira integrada, e é atualizada durante toda a vida da operação/CPF.

42. Este capítulo revisará as classificações de risco do DPF que foram aprovadas durante o período de revisão e irá compará-las em relação à obtenção de resultados, bem como outros indicadores. Para o DPF que usa a nova SORT, será fornecida uma divisão detalhada de classificações de risco por categoria, embora o número de operações incluído nesta análise seja limitado.

Capítulo VII - Conclusões e Recomendações

43. Finalmente, a Retrospectiva extrairá lições da experiência com o uso de DPOs durante o período sob análise, identificará áreas que precisam ser fortalecidas no futuro e recomendará medidas concretas para fortalecê-las (inclusive ajustes nos documentos de orientação, quando necessário).

VI. CONSULTAS, PROCESSO E CRONOGRAMA

44. **Consultas.** A consulta às partes interessadas ocorrerá durante a preparação da Retrospectiva. A equipe criará um website exclusivo para a Retrospectiva de modo a manter as partes interessadas informadas e solicitar e receber *feedback* à medida que a Retrospectiva avança. Além disso, haverá eventos presenciais nas principais etapas para proporcionar oportunidades de interação direta com as partes interessadas acerca da abrangência da Retrospectiva. Um plano de consulta mais detalhado é apresentado no Anexo 2.

45. **Processo.** A equipe incluirá pessoal das unidades da OPCS com responsabilidades por resultados, risco, economia do país e conhecimento. A equipe de OPCS trabalhará com os GPs e CCSAs que geralmente revisam aspectos importantes das DPOs para

avaliarem em conjunto os Documentos do Programa e as ICRs das DPOs nas suas respectivas áreas de competência, inclusive o GP da Pobreza (sobre PSIA), o GP de Recursos Ambientais e Naturais (sobre aspectos ambientais), DEC e outros. A OPCS também trabalhará em colaboração com a TRE e com o DEC na atualização de pesquisa relevante. Finalmente, a OPCS basear-se-á nas contribuições de consultas abrangentes, tanto internas quanto externas.

46. **Cronograma.** O cronograma proposto para a Retrospectiva é o seguinte:

- Dezembro de 2014: Revisão da nota de conceito em todo o Banco Mundial
- Dezembro de 2014 – janeiro de 2015: Período de notificações/comentários on-line
- Dezembro de 2014 – abril de 2015: Preparação da versão preliminar do relatório
- Abril – maio de 2015: Consultas presenciais com as partes interessadas (inclusive Reuniões da Primavera setentrional)
- Junho de 2015: Revisão da Vice-Presidência de Operações (OVP) sobre o relatório preliminar
- Julho de 2015: Reunião do CODE
- Outubro de 2015: Apresentação ao Conselho de Administração (Revisão de metade do período da AID)

Anexo 1: Sugestão de Esboço da Retrospectiva

1. Introdução e Contexto da Retrospectiva

- 1.1. Motivação e objetivos
- 1.2. Principais constatações da Retrospectiva do DPL de 2012 e monitoramento de ações que se seguiram

2. 10 anos de Apoio a Políticas de Desenvolvimento: Tendências Gerais

- 2.1. Número e volumes de compromissos do DPF
- 2.2. Principais características do DPF
- 2.3. DPF nos países da AID

3. Reformas Apoiadas pelo DPF e seu Vínculo Conceitual com a Pobreza e a Prosperidade Compartilhada

- 3.1. Análise das reformas apoiadas pelo DPF nos últimos 10 anos
- 3.2. Ações anteriores e seu vínculo conceitual com a redução da pobreza e a prosperidade compartilhada

4. Sustentabilidade das Reformas Apoiadas por DPF

- 4.1. Impactos ambientais
- 4.2. Impactos sociais
- 4.3. Sustentabilidade econômica

5. Resultados do Apoio a Políticas de Desenvolvimento

- 5.1. Estatísticas descritivas sobre o desempenho do DPF
- 5.2. Análise empírica sobre o que orienta o êxito do DPF
- 5.3. Contribuição do DPF para os resultados dos países no longo prazo:
 - 5.3.1. Gestão das finanças públicas
 - 5.3.2. Qualidade da política econômica
- 5.4. Estudos de caso

6. Reformas

- 6.1. DDO e Cat DDO
- 6.2. Contexto da política operacional sobre garantias
- 6.3. Contexto para a gestão do risco nas operações

7. Lições aprendidas

Anexo 2: Proposta de Plano de Consulta

As consultas às partes interessadas ocorrerão durante a preparação da Retrospectiva. O *feedback* recebido será compilado e resumido para a revisão da equipe e será analisado à medida que a Retrospectiva avançar.

Objetivos: O objetivo das consultas é obter *feedback* de diversos peritos da maneira mais ampla e inclusiva possível para informar (1) os objetivos e a orientação da Nota de Conceito; e (2) principais questões a serem abordadas na experiência do Banco Mundial com o uso de DPFs nos últimos três anos juntamente com as tendências nos últimos dez anos.

Partes interessadas/Peritos: As partes interessadas a serem consultadas são governos clientes, organizações da sociedade civil, acionistas, atores do setor privado e associações comerciais, peritos em áreas específicas (ambiental, social e governança), acadêmicos, organizações bilaterais e multilaterais de desenvolvimento e outros grupos de desenvolvimento interessados.

Período de Notificações/Comentários on-line (dezembro de 2014 - janeiro de 2015): Haverá um período de notificações para informar as partes interessadas sobre o processo que fundamenta a Retrospectiva e as próximas consultas. Durante esse período, a Nota de Conceito será divulgada publicamente e as partes interessadas serão convidadas a fornecer seus comentários em um website exclusivo para consultas durante um período de trinta dias úteis. Os comentários recebidos sobre a nota de conceito fornecerão informações à equipe enquanto ela realiza a análise e desenvolve as constatações preliminares.

Consultas Presenciais (abril - maio de 2015): Um grande grupo de partes interessadas será convidado a fornecer seus comentários sobre as constatações preliminares da Retrospectiva, incluídas nas consultas realizadas durante as Reuniões da Primavera setentrional. Isso será acompanhado de consultas nos países, o que poderá também incluir sessões de videoconferência.

On-line/Website: Uma página da web dedicada às consultas oferecerá uma plataforma para as partes interessadas fornecerem suas contribuições para a Retrospectiva. Essa página incluirá informações relativas ao processo de consultas, cronograma, informações de referência relevantes e outros recursos correlatos à medida que o processo de consulta avançar. Será providenciada a tradução dos materiais para outros idiomas.

Será publicado um resumo do *feedback* recebido sobre as constatações preliminares. Esse *feedback* alimentará a Retrospectiva com informações.

Anexo 3: Anexo de Dados

Figura 3: DPOs por região (T4EF12 - T1EF15)

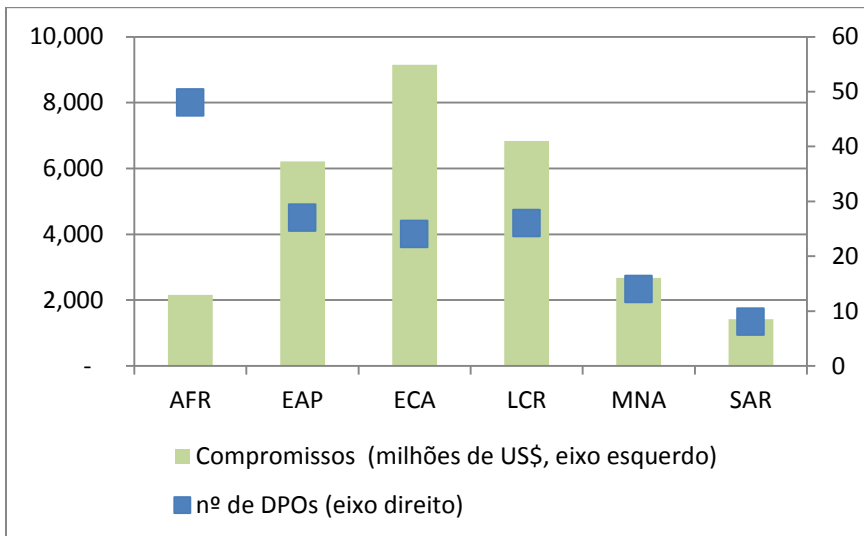
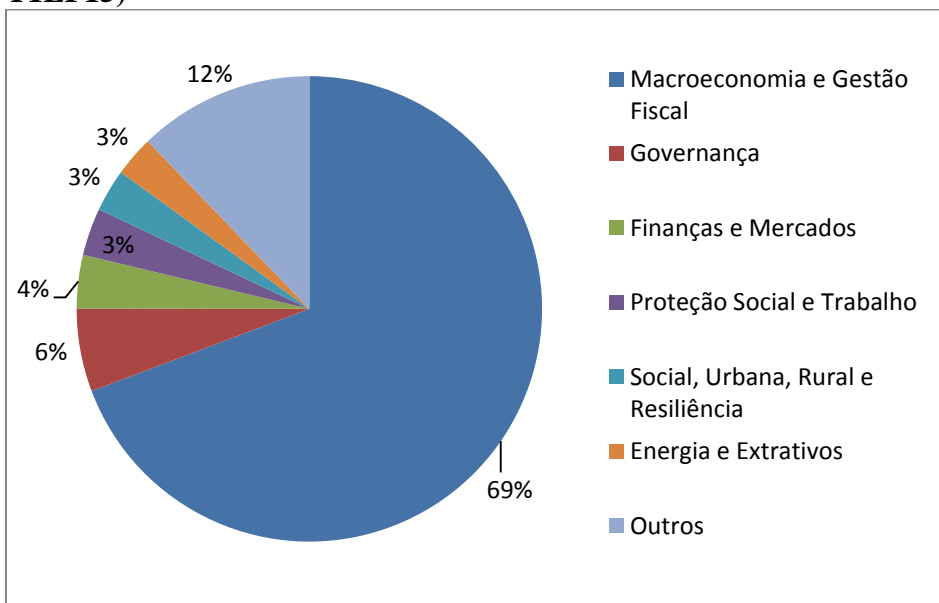


Figura 4: DPOs por Prática global/Área de Soluções Transversais (T4EF12 - T1EF15)



Referências

Dom, Catherine & Anthea Gordon (2011). *Budget Support in Fragile Situations*. Oxfam Discussion Paper, 11 November 2011.

Furukawa , Mitsuaki & Junichiro Takahata (2013). *Role of Budget Support in the Development Aid Regime: Is GBS Still a Preferable Aid Modality?* JICA-RI Working Paper No. 5, January 2013.

IEG (2013). *World Bank Group Assistance to Low-Income Fragile and Conflict-Affected States*.

Lodeqijk Smets & Stephen Knack (2014). *World Bank Lending and the Quality of Economic Policy*. Policy Research Working Paper No.6924

Ministry of Foreign Affairs of Denmark (2014). *Review of Budget Support Evaluations*. Evaluation Study 2014/1.

Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands (2012). *Budget Support: Conditional Results*. IOB Evaluation No. 369, September 2012.

Smets, Lodeqijk & Stephen Knack (2014). *World Bank Lending and the Quality of Economic Policy*. Policy Research Working Paper No.6924

Tavaloki, Heidi & Gregory Smith (2013). “Back under the Microscope: Insights from Evidence on Budget Support”. *Development Policy Review*, 2013, 31 (1): 59-74.

World Bank (2006). *Development Policy Lending Retrospective*.

_____ (2009). *2009 Development Policy Lending Retrospective – Flexibility, Customization, and Results*.

_____ (2012). *2012 Development Policy Lending Retrospective – Results, Risks and Reforms*.

World Bank Group (2013). *World Bank Group Strategy*.